



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES**

**LEI Nº 875/99.**

- DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DO  
ESTÁGIO PROBATÓRIO DE QUE TRATA O § 4º  
DO ART. 41 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,  
COM A REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 19-98, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS -

JOÃO BALDUINO HOFF, Prefeito Municipal, de São Paulo das Missões -  
RS:

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono  
e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O cumprimento do estágio probatório de que trata o § 4º do art. 41 da  
Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 05  
de junho de 1998, obedecerá ao disposto nesta Lei.

**Art. 2º** - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo  
ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses,  
durante o qual a sua aptidão, capacidade e desempenho serão objeto de  
avaliação por Comissão Especial designada para esse fim, com vista à  
aquisição da estabilidade, observados os seguintes quesitos:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - disciplina;

IV - eficiência;

V - responsabilidade;

VI - relacionamento.

**§ 1º** - É condição para a aquisição da estabilidade a avaliação do desempenho no  
estágio probatório por Comissão Especial, nos termos deste artigo.

**§ 2º** - A avaliação será realizada por trimestre e a cada uma corresponderá um  
competente boletim.

**Art. 3º** - A avaliação do servidor ocorrerá no efetivo exercício do cargo para o qual foi  
nomeado.

**§ 1º** - Os afastamentos legais até trinta dias não prejudicam a avaliação do trimestre.

**§ 2º** - Quando os afastamentos, no período considerado, forem superiores a trinta dias, a  
avaliação do estágio ficará suspensa até o retorno do servidor às suas atribuições,  
retomando-se a contagem do tempo anterior para efeito do trimestre.

**§ 3º** - Os critérios de avaliação estabelecidos neste artigo não se aplicam nos casos  
específicos de afastamentos motivados por acidente em serviço, agressão não  
provocada em serviço, ou moléstias profissionais, quando a pontuação será  
integral.





Estado do Rio Grande do Sul

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES**

**Art. 4.º** - Três meses antes de findo o período de estágio probatório, a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento, será submetida à homologação da autoridade competente, sem prejuízo da continuidade de apuração dos quesitos enumerados nos incisos I a VI do art. 2.º.

§ 1º - Em todo o processo de avaliação, o servidor deverá ter vista de cada boletim de estágio, podendo se manifestar sobre os itens avaliados pela(s) respectiva(s) chefia(s), devendo apor sua assinatura.

§ 2º - O servidor que não preencher algum dos requisitos do estágio probatório deverá receber orientação adequada para que possa corrigir as deficiências.

§ 3º - Verificado, em qualquer fase do estágio, resultado insatisfatório por três avaliações consecutivas, será processada a exoneração do servidor.

§ 4º - Sempre que se concluir pela exoneração do estagiário, ser-lhe-á assegurada vista do processo, pelo prazo de cinco dias úteis, para apresentar defesa e indicar as provas que pretenda produzir.

§ 5º - A defesa, quando apresentada, será apreciada em relatório conclusivo, por comissão especialmente designada pelo Prefeito, podendo, também, serem determinadas diligências e ouvidas testemunhas.

§ 6º - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, se era estável, observado o disposto no artigo 23 da Lei nº547/90 (Regime Jurídico).

**Art. 5º** - O estagiário, quando convocado, deverá participar de todo e qualquer curso específico referente às atividades de seu cargo.

**Art. 6º** - Nos casos de cometimento de falta disciplinar, inclusive durante o primeiro e o último trimestres, o estagiário terá a sua responsabilidade apurada através de sindicância ou processo administrativo disciplinar, observadas as normas estatutárias, independente da continuidade da apuração do estágio probatório pela Comissão Especial.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8.º** - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os artigos 20, 21 e 22 da Lei nº547/90 (Regime Jurídico dos Servidores).

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DAS MISSÕES, aos 01 de julho de 1999.**

**Registre-se e Publique-se**

**Volmir Venzke Voigt,**  
Secretário de Administração.

**João Balduino Hoff,**  
Prefeito Municipal.

